

CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS
ATA DA REUNIÃO DO DIA VINTE E DOIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE
E TRÊS

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às 09h10, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, por videoconferência, sob a presidência Professor João Ramos Torres de Mello Neto. Estavam presentes à Sessão o Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa, Felipe Siqueira de Souza da Rosa, a Superintendente Acadêmica de Pós-graduação Fernanda Carvalho de Queiroz Mello; a Superintendente Administrativa, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros Docentes representantes dos Centros Universitários: Alexandre Guedes Torres (CCMN), Benjamin Rache Salles (CCMN), Adriana Santarosa Vivacqua (CCMN), Julie de Araujo Pires (CLA), Ethel Pinheiro Santana (CLA), Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Marta dos Reis Castilho (CCJE), Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus (CCJE), Alex Ferreira Magalhães (CCJE), Kátia Vergetti Bloch (CCS), José Garcia Abreu Jr. (CCS), Claudia Pinto Figueiredo (CCS), Verônica Maria Araujo Calado (CT) Marcelo Gomes Miguez (CT), Márcio de Almeida D'Agosto (CT) e Diego de Holanda Saboya Souza (CT). As Conselheiras representantes do Fórum de Ciência e Cultura: Eliane Guedes e Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho. Os representantes discentes: Natália Silva Trindade e Roberto Guardatti Gambine Moreira. O representante dos técnicos-administrativos: João Sérgio dos Santos Assis. Os representantes do Campus Macaé: João Luiz Mendes Wanderley e Leonardo Maciel Moreira. Iniciou-se com o **Ordem do dia**. *Resolução* stricto sensu *acadêmico*. *Relator Fabio Freitas* **2.1.** A sessão foi aberta com considerações do conselheiro Milton Campos, que manifestou preocupação com a rigidez do Regulamento e propôs que o Conselho avalie se deve ou não tornar obrigatória a vinculação de todos os programas a um comitê local de pós-graduação, os chamados "CEPGuinhos"(CPGP). **2.1.1-** O professor Fábio Freitas esclareceu que essa discussão já foi iniciada em reuniões anteriores e explicou que o CEPGuinho é uma instância com base normativa, atuando por delegação do próprio CEPG. Ressaltou, ainda, que algumas unidades enfrentam dificuldades por não contarem com essa estrutura, o que obriga a submissão direta de matérias ao CEPG, o que pode sobrecarregar o Conselho e limitar a apreciação local. **2.1.2-** O conselheiro Milton Campos sugeriu que se redija um dispositivo que estabeleça, para as unidades que dispõem de CEPGuinho, a competência deste para deliberação, e, na ausência desse comitê, a atribuição recaia sobre a Congregação da unidade. Entretanto, ponderou sobre a diferença de natureza entre a Congregação e o CEPGuinho, a primeira sendo instância máxima deliberativa e o segundo atuando com mandato do CEPG. **2.1.3-** Na sequência, a conselheira Natália Trindade questionou o prazo de trinta e seis meses estipulado para adequação dos programas à nova Resolução, ponderando que a gestão das coordenações, por regra, é de vinte e quatro meses, o que pode comprometer a continuidade dos trabalhos em caso de trocas na coordenação. **2.1.4-** O professor Fábio Freitas respondeu que o prazo de trinta e seis meses foi pensado para diluir o volume de trabalho nos programas e na própria CLN, evitando sobrecarga

institucional. Destacou que a alternância de gestão é uma realidade inevitável e que não haveria impacto significativo na extensão ou redução desse prazo quanto a essa questão específica. **2.1.5-** A conselheira Juliana Beatriz questionou se o prazo de vinte e quatro meses previsto no artigo sessenta se justificava, considerando que não identificou grandes alterações no dispositivo em relação à versão anterior. **2.1.6-** A conselheira Ethel Pinheiro respondeu que o artigo sessenta se refere à adequação ao artigo terceiro da nova Resolução, o que é um ponto mais simples e direto de ser ajustado. Já o artigo sessenta e um trata da atualização dos regulamentos completos dos programas, que envolve uma série de aspectos complexos, como ações afirmativas, prorrogações e outras diretrizes novas, razão pela qual o prazo maior é necessário. **2.1.7-** O conselheiro Milton Campos sugeriu que se avalie a possibilidade de escalonamento das atualizações por centros, para evitar sobrecarga concentrada no final do prazo, observando a tendência institucional de se postergar tarefas até o último momento. **2.1.8-** O professor Fabio Freitas indicou que a redação atual do artigo sessenta e um já permite à CLN estabelecer cronogramas e que essa sugestão será considerada na revisão do texto. **2.1.9-** A conselheira Ethel Pinheiro acrescentou que há uma necessidade de compatibilizar as exigências da Resolução com a operacionalização da expedição de diplomas, observando que muitas vezes a Comissão Deliberativa é a instância mais adequada para homologar os resultados de defesas. **2.1.10-** A conselheira Verônica Calado ponderou que a redação deve refletir mais claramente que se trata de ciência dos resultados das defesas por parte da Comissão Deliberativa, e não de aprovação, uma vez que esta já ocorre na própria banca examinadora. **2.1.11-** O professor Fabio Freitas acolheu a sugestão e indicou que será revista a forma de redação. Encerrada essa primeira leitura, professor Fábio Freitas informou que a próxima etapa será a análise detalhada e votação item a item da Resolução. **2.1.12-** O presidente da Sessão questionou sobre os próximos passos e os prazos previstos. **2.1.13-** A conselheira Verônica Calado respondeu que o Grupo de Trabalho irá se reunir novamente para consolidar as discussões em um novo documento, que será então distribuído aos conselheiros para que estes possam apresentar suas sugestões previamente à votação. **2.1.14-** A conselheira Ethel Pinheiro sugeriu que nas próximas sessões não se faça leitura minuciosa, mas apenas se acolham contribuições pontuais dos conselheiros. **2.1.15-** O Superintendente Felipe Rosa manifestou interesse em dialogar com o Grupo de Trabalho responsável por incorporar à normativa da UFRJ a nova portaria da CAPES sobre acúmulo de bolsas. **2.1.16-** A conselheira Cláudia Rezende informou que vem discutindo o tema com os Professores Alexandre Guedes e Marta Castilho, e que ainda não há pronunciamento oficial do CNPq ou da FAPERJ sobre a questão. Explicou que o grupo pretende consultar os coordenadores de programas, a exemplo do que foi feito no GT de ações afirmativas, para colher diferentes visões e impactos institucionais. **2.1.17-** O conselheiro Alexandre Guedes destacou que a portaria da CAPES revoga uma anterior, mas que a ausência de posicionamento do CNPq dificulta a normatização definitiva por parte da UFRJ. **2.1.18-** A conselheira Natália Trindade mencionou que a APG está em contato com o CNPq e aguarda um posicionamento oficial. **2.1.19-** O presidente da Sessão apontou que há grande pressão sobre o CEPG para que haja uma normatização institucional, já adotada por outros conselhos universitários, e sugeriu a elaboração de uma instrução normativa baseada em documentos já aprovados no Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP). **2.1.20-** A conselheira Cláudia Rezende concordou com a proposta e sugeriu a construção de um texto simples a ser apresentado para aprovação na próxima reunião. **2.1.21-** A Superintendente Fernanda Mello endossou a proposta e citou documento elaborado pelo COPROPI como base sólida para a redação de uma norma. **2.1.22-** O conselheiro Márcio D'Agosto informou que sua unidade já possui normativa própria desde a primeira portaria conjunta

89 CAPES/CNPq, e que esta exige autorização da instituição empregadora e do colegiado
90 para concessão de complementação de bolsas. Comprometeu-se a compartilhar o
91 documento com o GT. **2.1.23-** A conselheira Cláudia Rezende convidou o conselheiro
92 Márcio D'Agosto a integrar formalmente o GT, o que foi aceito. 2.1.24- O Superintendente
93 Felipe Rosa questionou os conselheiros Renato Ventura e Natália Trindade sobre os
94 critérios de definição de hipossuficiência, sendo informado pela conselheira Juliana
95 Beatriz que essa orientação tem origem na PR7 e consta da instrução normativa. Por fim,
96 o Superintendente Felipe mencionou a necessidade de homologação de ata de reunião
97 anterior, realizada em dezembro do ano anterior, mas, por não ter tido acesso ao
98 documento, sugeriu que sua aprovação seja adiada para a próxima sessão, o que foi
99 aceito pelos presentes. Não havendo mais assuntos a tratar, o pró-reitor agradeceu a
100 participação de todos e declarou encerrada a reunião às 9h53. Para constar, eu, Adriene
101 Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada
102 pelo Presidente da Sessão, Professor João Ramos Torres de Mello Neto, e por mim.

103

104 Adriene Campelo do Amaral
105 Secretária

João Ramos Torres de Mello Neto
Presidente